



Revista de Políticas Públicas

E-ISSN: 2178-2865

revistapoliticaspUBLICAS@ufma.com

Universidade Federal do Maranhão

Brasil

Ferreira de Albuquerque, Cícero  
MIGRAÇÃO CAMPONESA: dominação e resistência ao capital  
Revista de Políticas Públicas, julho, 2014, pp. 453-458  
Universidade Federal do Maranhão  
São Luís, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321131273049>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## **MIGRAÇÃO CAMPONESA: dominação e resistência ao capital**

**Cícero Ferreira de Albuquerque**

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

### **MIGRAÇÃO CAMPONESA: dominação e resistência ao capital**

Resumo: A migração é um fenômeno social recorrente na vida do camponês do Semiárido alagoano. A região canavieira é o principal destino utilizado pelos migrantes. A migração é estratégica para a reprodução campesina, mas também serve aos ditames do capital sucroalcooleiro. Os conflitos entre capital e trabalho têm crescido nos últimos tempos.

**Palavras-chave:** Semiárido, trabalhador, migrações.

### **PEASANT MIGRATION: domination and resistance to the capital**

Abstract: The migration is a social phenomenon recurrent in peasant's life of Alagoas Semiarid region. The sugarcane region is the main destination used by the migrants. The migration is strategic for the peasant reproduction, but it also serves to the dictates of sugar and alcohol capital. The conflicts between capital and work have grown recently.

**Keywords:** Semiarid, worker, migration.

Recebido em 21.11.2013 Aprovado em 06.01.2014

## 1 INTRODUÇÃO: o Semiárido Alagoano - breve caracterização

O Semiárido alagoano ocupa o menor percentual de área inclusa no chamado *Polígono das Secas*, 43,7%, do seu território. Por dispor de características climáticas mais favoráveis à agricultura do que as áreas semiáridas dos outros Estados nordestinos, Alagoas é “[...] cognominado vulgarmente de ‘o filé do Nordeste’.” (ANDRADE, 1998, P.33).

A região sertaneja alagoana é composta por 26 municípios e nela moram cerca de 500 mil habitantes. O clima quente na maior parte do ano, em média 25° C, desde os tempos coloniais, impacta a vida do sertanejo. Já o Agreste alagoano é formado por 23 municípios e tem uma população de aproximadamente 475 mil habitantes.

Na realidade de Alagoas, a migração é um fenômeno de vulto, seja pela sua trajetória histórica, seja pelo significado econômico ou mesmo pelo fértil campo de pesquisa e análise sociológica que representa. A safra canavieira de 2013 deve ultrapassar os 30 milhões de toneladas e empregar cerca de 70 mil trabalhadores. A seca de 2012-13, fartamente noticiada pelos meios de comunicação, é considerada a maior dos últimos 50 anos e tem contribuído para o aumento do número de migrantes para a região canavieira.

## 2 SIGNIFICADOS HISTÓRICOS DO PROCESSO MIGRATÓRIO

Historicamente, a seca tem sido apontada como a causa da migração. Tribos indígenas que habitaram a região antes dos portugueses viam-se permanentemente obrigadas a migrar por causa das secas. Os colonizadores portugueses foram forçados a vários recuos devido às secas até a ocupação efetiva do “*Nordeste interior*” (ANDRADE, 2010). O campesinato constituído na região não teve a mesma mobilidade que os primeiros habitantes, mas nem sempre foi possível conviver com as intempéries da natureza.

Entretanto, nos dias atuais, não é a seca determinante do processo migratório, ela é uma razão secundária e assim deve ser considerada. A má distribuição das terras é o principal motivo da migração (ALMEIDA, 2010). A migração não ocorre por razões conjunturais, a seca, mas por razões estruturais, representadas pelo monopólio da terra. Como bem diz a sabedoria popular na região: o problema não é de seca, é de cerca. De forma mais ampla, conforme Francisco de Oliveira, (1981), estamos diante de uma realidade em que o capital hegemônico historicamente configura as regiões e estabelece, conforme os seus interesses, o papel de cada uma no panorama de acumulação e expropriação da natureza e do trabalho humano.

O fenômeno da migração temporária no Nordeste brasileiro remonta ao fim do século XIX e

começo do século XX. Os movimentos migratórios acontecem na direção da Zona da Mata, mas também para capitais e até para outras regiões do País. Migram os pobres e, destacadamente, os mais jovens. Os proprietários rurais de unidades produtivas de pequeno e médio porte e seus filhos formam a massa migrante. Os grandes proprietários são beneficiados por esse processo. Maria Aparecida de Moraes Silva, em *Retirantes do fim do século*, nos diz que

[...] a migração, quer seja definitiva ou sazonal, produz a passagem de uma estrutura de dominação para outra, [...] a migração não liberta o camponês das amarras do poder dos grandes proprietários. (SILVA, 1999, p. 237).

O processo migratório é determinado por causas macroeconômicas, o que não anula o papel de indivíduos e grupos na elaboração de seus projetos migratórios. É o que fazem milhares de camponeses todos os anos: confrontam o caráter totalizante do capital, constroem e reconstróem as suas estratégias de reprodução. O campesinato é portador de um ethos particular, cujos códigos de produção e de convivência social contrariam as lógicas gerais do capital. Entre outras coisas, o trabalho familiar constitui a principal força de reprodução da unidade produtiva.

Dois grupos principais migram: 1 – Os desempregados do campo e da cidade – maioria dos migrantes. São trabalhadores rurais, ex-camponeses ou não, com vida no campo ou na cidade. Esse grupo, quando tem oportunidade, sobrevive do trabalho que realiza nas médias e grandes propriedades da região. No verão, migram em busca de trabalho e de melhores rendimentos. São os vínculos familiares e a identidade que têm com a região que os trás de volta. Os rendimentos obtidos no corte da cana são, muitas vezes, a única renda que têm durante o ano e, quando somadas duas safras, adquirem o direito ao seguro desemprego, ou seja, a cada dois anos, garantem um ano inteiro com salário. 2 – Os camponeses com pouca terra. Sem ou com pouca tecnologia e assistência técnica, produzem para a reprodução da unidade familiar e destinam pequena margem da produção para o mercado. Atuam no limite das suas possibilidades objetivas. Têm profunda relação com a terra e forte identidade com a região. Assim, a migração temporária é uma exigência de sobrevivência e uma estratégia de melhoramento da sua *condição camponesa*.

O camponês do Semiárido alagoano não consegue viver só da produção obtida na sua terra, ela é insuficiente e precisa do complemento de outras rendas. A venda de dias de trabalho a um grande proprietário da região ou mesmo o trabalho como pedreiro, marceneiro ou outros, também não garante a sua e a sobrevivência da família. Migrar é preciso.

Vivendo como migrado, no universo canavieiro, o migrante se depara com condições de existência extremamente adversas e com relações de produção típicas de um modelo de assalariamento, destacam-se também as crescentes contradições de classe que envolvem o mundo do trabalho, assim como são constituídas as relações de tensão com as populações locais (ALBUQUERQUE, 2009; WANDERLEY, 1979; ANDRADE, 1994;).

No universo canavieiro alagoano, de forma genérica, todo migrante do Semiárido é chamado de *sertanejo*. Os *sertanejos*, por sua vez, chamam os canavieiros da Zona da Mata de os *da rua* (PLANCHEREL; ALBUQUERQUE; VERÇOSA, 2009). Quando os *da rua* caracterizam os migrantes do Semiárido de *sertanejos*, demonstram não uma incapacidade de distinguir quem é do Sertão e quem é do Agreste. Na verdade, estão demonstrando a sua rejeição contra aqueles que chegam e ameaçam os seus empregos, contra aqueles que, conforme expressam, *aceitam* os extremos rigores e os abusos das usinas. “Eles são considerados passivos, submissos e inconscientes e, portanto, constituem-se como categoria avessa à organização de classe.” (MENEZES, 2002, p. 18).

Um dos significados mais relevantes da migração é o impacto que ela gera em outras regiões. A região canavieira, por exemplo, há várias décadas vem recebendo migrantes no período de safra. No ensaio Cassacos e Corumbas, realizado no contexto da Zona da Mata pernambucana, Maria Teresa S. de Melo Suarez aborda a migração como parte de um processo social determinado por causas estruturais e dinâmicas produtivas diferentes. Para a autora tal relação se configura como

[...] uma forma especial de inter-relação entre a grande e a pequena propriedade (o chamado ‘complexo latifúndio-minifúndio’), através da migração espacial dos trabalhadores rurais. (SUAREZ, 1977, p. 96).

Esse movimento sempre foi povoado de conflitos e tensões. Nos últimos anos as tensões têm se renovado e assumido novos contornos. O fato é que a região canavieira vive uma transformação profunda nas últimas décadas. As relações entre capital e trabalho, especialmente, foram alteradas. Novos modelos de gestão e de controle do trabalho foram impostos, gerando dor e sofrimento para os trabalhadores canavieiros e taxas de mais-valia ainda mais agressivas (ALBUQUERQUE, 2009; CARVALHO, 2000; SILVA, 1999). Tais alterações acirraram as lutas de classes no universo canavieiro, fato que fica evidenciado com as recentes greves e protestos no universo canavieiro alagoano (CÂNDIDO; MALAGODI, 2009) e fortaleceram o interesse dos empregadores de ter a mão de obra dos migrantes ‘sertanejos’. Mas eles são buscados

cada vez em menor número, o corte da cana adota princípios de racionalidade produtiva típicos da administração moderna, que significa, entre outras coisas, redução de mão de obra e aumento de produtividade. Entretanto, mantêm-se o tradicional sentido estratégico utilizado pelo capital açucareiro ao buscar o trabalho migrante, garantir a plena ocupação das vagas de trabalho no período da safra.

O migrante é um corpo estranho na realidade que o recebe. Embora Hasse (2007, p. 77-78), diga que “[...] para se fixar num território novo, ainda que temporariamente, o migrante precisa manter uma boa relação com o meio ambiente, nele incluídos os humanos já estabelecidos.”, não é isso que ocorre. As relações de convívio são difíceis. Na raiz das tensões vemos que a presença do migrante “[...] quebra o *status quo* do lugar onde se insere.” (HASSE, 2007, p. 78).

O *sertanejo*, como um de *fora*, um outsider, sente o olhar de preconceito e de discriminação contra si e contra a sua região, ressentido-se, é visto como um desgarrado da sua região, da sua gente e da sua família, mas, é principalmente a sua condição de concorrente no mundo do trabalho, que faz com que seja visto como um intruso, uma ameaça, despertando o olhar hostil dos demais trabalhadores canavieiros. A fama de bom trabalhador representa a grande vantagem dos *sertanejos* em relação aos *da rua*.

As representações produzidas pelos trabalhadores *da rua* e pelos patrões constituem identidades distorcidas do *sertanejo*. Ser *sertanejo* é a sua *imperfeição original*, em seguida lhes são imputados imperfeições e atributos que o descaracterizam como ser humano comum, diverso, dinâmico. Ser *sertanejo* ganha fortes contornos negativos, configurando-se como um estigma (GOFFMAN, 2008, p. 15) e confirmando a tese de que *ninguém migra impunemente* (Hasse, 2007, p. 84). De um lado, ele aparece como desprovido de autoestima e de consciência de classe, é acusado de tolerar os abusos extremos dos patrões; do outro, ele é máquina, dócil, pois além de cumprir as rigorosas metas de produção, convive com condições que lhes são hostis.

Por sua vez, o camponês que migra para a região canavieira tem uma condição que os ‘da rua’ não conhecem. Tem uma atividade de auto-reprodução, o que inclui um pedaço de terra, uma casa própria e algum gado, por isso, não raro, lançam um olhar superior, enxergam os *da rua* em condições de inferioridade financeira e patrimonial. Os *da rua*, muitas vezes, sequer têm um lugar próprio para morar, vivem de aluguel nos povoados, vilas ou mesmo nas periferias da cidade. Enquanto isso, o camponês move-se em função de um projeto de manutenção e/ou de aprimoramento do patrimônio que possui, o que o faz, conseqüentemente, um sujeito com mais autonomia (CASTORIADIS, 1982; SADER, 1988).

A administração moderna é uma criação científica subordinada ao capital e tem como fito aprimorar a exploração do homem e da natureza, maximizando lucros. Esse processo é parte de um movimento de racionalização que caminha em diferentes sentidos. Na indústria, um conjunto de mudanças circunscritas ao fenômeno da reestruturação produtiva impõe grandes mudanças no processo produtivo e lega ao trabalho um lugar de graves precariedades. No campo, o mesmo fenômeno tem feito estragos ainda maiores. Tradicionais relações de produção têm sido alteradas e novas dinâmicas de concentração de terra são observadas. São parâmetros importantes nesse processo o controle técnico-científico da mão de obra, o gerenciamento do tempo e o aumento da produção. Os modelos produtivos da indústria moderna têm sido aperfeiçoados e estendidos ao campo. Essas mudanças decorrem de uma ação articulada do empresariado e do Estado. Conforme Maria Aparecida de Moraes Silva,

A partir dos anos 50, o aumento da produção agrícola vai ocupar o centro do discurso das classes dominantes por meio da ideologia desenvolvimentista que condenava o atraso do campo, a fraca produtividade, os métodos atrasados e a miséria dos trabalhadores. (SILVA, 1999, p. 62).

O migrante do Semiárido não precisa *expulsar o camponês* para fazer surgir a *fisionomia de cortador de cana*, apenas, no começo, é preciso discipliná-lo, adaptá-lo ao ambiente, aos movimentos e às exigências do novo trabalho. Porém, como a migração é cíclica, logo seus corpos são docilizados. Para Foucault (1975, p. 126), dócil é “[...] um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”.

O sentido estratégico que o camponês migrante empresta à migração sazonal é um componente essencial para entender o seu comportamento no universo canavieiro, isto ajuda a entender o mecanismo [...] que o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. (FOUCAULT, 1975, p. 127). Este fenômeno, paradoxalmente, pode ser registrado como códigos de sujeição ou de resistência.

Os camponeses migrantes são movidos por duas razões muito pragmáticas: 1) a busca do maior rendimento pelo trabalho desenvolvido para garantir a sua reprodução e a da sua família, assim como todo trabalhador assalariado, 2) a procura das melhores condições para a realização de uma poupança que garanta a manutenção e o aprimoramento de sua propriedade. As ações disciplinadoras que favoreçam tais fins podem até ser bem vistas pelos camponeses, ainda que em certas circunstâncias estas lhes imponham maior esforço físico, são entendidas como *males necessários*. Da mesma

forma, qualquer iniciativa que contrarie seus fins é alvo de reações, um exemplo disso foi a adoção de contratos safristas por diversas usinas alagoanas em 2011. Essa medida impossibilitava a soma um ano de carteira assinada a cada duas safras e lhes impediam de receber o benefício do seguro desemprego bienalmente. Diante do prejuízo, os migrantes fizeram greve. Esse fato foi inédito e ajudou a reverter a decisão das usinas. Atualmente, a certeza do seguro desemprego a cada duas safras é uma das maiores razões da migração.

O disciplinamento do corpo e o controle do tempo são instrumentos que determinam a produção. Os corpos sentem e expressam essas consequências. Aos 40 anos, a exemplo, o trabalhador canavieiro aprimorou a técnica do corte da cana, mas suas energias estão reduzidas e sua capacidade de produção afetada. Os desgastes físicos decorrentes do esforço repetitivo e da exigência de ter grande produção o afetam física e psicologicamente. É comum encontrarmos-lo incapacitado para o trabalho após algumas safras.

O migrante sertanejo é considerado pelos empregadores como um bom cortador de cana. O bom cortador de cana é apenas aquele que tem maior tenacidade física e que é capaz de produzir em grande quantidade, mas que o faz cuidando dos detalhes. Como bem diz Foucault (1975, p. 128), “A disciplina é uma anatomia política do detalhe.” Uma das grandes mudanças introduzidas nos eitos foi a adoção de técnicas de produção marcadas por um conjunto minucioso de procedimentos. A rigorosa especificação do tamanho do *toco* da cana, a severa separação do *olho* cortado da cana da esteira, a rígida disposição da cana cortada nas esteiras e outras práticas, exigiu um disciplinamento maior dos trabalhadores e um acompanhamento permanente dos fiscais. A lógica que preside tais mudanças é determinada pelo capital em seu processo mundial de reestruturação produtiva e visa combinar quantidade e qualidade produtiva, reduzir custos e ampliar lucros, o que demanda, entre outras coisas, a existência de corpos e mentes bem disciplinados.

Ao mergulhar no mundo canavieiro, o migrante tem rompido, temporariamente, a sua condição de camponês, é precarizado. Sua força de trabalho ajuda a indústria canavieira a existir e a prosperar. Paradoxalmente, a indústria canavieira, assim como a construção civil, por exemplo, são importantes para a manutenção de milhares de pequenas propriedades agrícolas no Semiárido alagoano e de todo o Nordeste. Essa relação de complementaridade é perversa, pois acontece em condições desiguais.

Submetido à gana voraz do capital sucroalcooleiro o camponês tem o seu corpo maltratado e o tempo de sua vida monitorado pela disciplina produtiva inspirada em conteúdos técnico-científicos cada vez mais elaborados. A essa realidade ele procura adaptar-se, e assim,



é constituída “[...] uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 1975, p, 126). Essa relação de *docilidade-utilidade* não representa um nexo de heteronomia e de poder unilateral absoluto. Dominação e resistência compõem um fruto agri-doce. Estamos diante dele. Anômalo na natureza, estranho e quase imperceptível na realidade. Na dominação do migrante há uma dimensão de deixar-se domar quando é útil e vantajoso.

Uma das razões dos conflitos entre os ‘*da rua*’ e os *sertanejos* nos últimos anos é a não adesão dos mesmos nos movimentos grevistas ocorridos na região. Só em 2010 foram registradas 14 greves de canavieiros em Alagoas. O motivo principal foi a adoção do contrato safrista, expediente implementado por 17 das 24 usinas. Tal contrato, diversamente do contrato por tempo indeterminado, isenta a usina da multa rescisória de 40% ao final da safra. Apesar de ter amparo legal, o contrato foi repudiado pelos trabalhadores que são por ele impedidos de, após duas safras, terem direito ao seguro desemprego.

Reiteradamente os *sertanejos* foram indiferentes às lutas por melhores salários e condições de trabalho na atividade canavieira. Excepcionalmente, na usina Guaxuma, situada no município de Coruripe, eclodiu uma greve de *sertanejos-canavieiros*. Em defesa da validade da migração como estratégia de reprodução da sua condição campesina, os *sertanejos* rebelaram-se: enfrentaram o contrato safrista. Esta não foi, como já vimos, a única greve contra o contrato, os *da rua* já vinham enfrentando tal imposição das usinas, mas, por ter sido desencadeada, liderada e conduzida unicamente por *sertanejos* – os *da rua* ficaram indiferentes a esta greve –, ela teve significados particulares. O primeiro a ser constatado: o fim do mito de que o *sertanejo* é passivo e tolera qualquer abuso. O contrato safrista feria os seus interesses mais estratégicos. Outros significados serão revelados.

Diz-nos Foucault (1975, p, 28), que “[...] a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado.” para o disciplinamento do corpo. Entretanto, sobre a necessidade também atua quem necessita. O portador da necessidade, ainda que numa faixa menor de ação, faz seus cálculos, organiza os seus atos e comportamentos a partir da necessidade que tem e para além dela. Vontades e desejos inspiram resistência e autonomia. Não entender que o camponês atura um domínio maior que o ‘*da rua*’ é um erro tão elementar quanto pensar que ele pode migrar e não se submeter à disciplina laboral imposta pelos novos ditames do capital sucroalcooleiro. Esse fenômeno é complexo, já motivou muitos estudos e segue aberto a investigações. Instigam-nos os significados físicos e psicológicos dos novos padrões disciplinares sobre o sujeito migrante, e principalmente os impactos sobre sua família e sua existência campesina.

### 3 CONCLUSÃO

Sem dúvidas, o camponês migra porque precisa migrar. A migração temporária, entretanto, é mais do que uma exigência da realidade, ela assume contornos de uma atividade pluriativa, complementar, alternativa, é parte das estratégias de reprodução do campesinato. Forçado pela realidade, mas também em nome da manutenção da pequena propriedade e da autonomia relativa que ela representa, o camponês tanto faz trabalhos pontuais na sua região como migra durante os períodos de estiagem.

É a compreensão do caráter contraditório e dialético dessa realidade que nos permite entender os significados da migração na experiência do campesinato. No Brasil, desde o período colonial, a capacidade do campesinato de resistir à hegemonia do grande capital escapa às visões lineares da história. A resistência campesina é um fenômeno duradouro. Contrariando aos deterministas, o campesinato não está em liquidação e nem vive um processo inexorável de proletarianização. Nada mais fátuo do que tratá-lo como categoria pretérita e a sua existência como fenômeno residual no conjunto da sociedade moderna.

Por fim, a migração é objeto de diversas áreas de estudo. Conhecimentos produzidos por pesquisadores da sociologia, da história, da antropologia, da demografia e da geografia, por exemplo, são imprescindíveis e complementares para a compreensão da questão. O fenômeno da migração está inserido num conjunto de relações econômicas, sociais, políticas e culturais que são indissociáveis. Não é possível conhecer adequadamente o fenômeno migratório sem o diálogo entre os saberes das diversas áreas de estudo e sem compreender que sobre ele implicam diferentes motivações. O método crítico-dialético nos indica os meios fundamentais para a realização das tarefas de pesquisa que despontam e para o entendimento das dinâmicas contraditórias da realidade.

### REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. **Cana, casa e poder**. Maceió: Edufal, 2009.
- ALMEIDA, Sávio. Manuel Correia de Andrade: os empobrecidos e a terra. **Economia política do desenvolvimento**, Maceió, v. 3, n. especial, ago. 2010.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico**. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1994.
- \_\_\_\_\_. **A Terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 6. ed. Recife: Ed. UFPE, 1998.

\_\_\_\_\_, Lopes. **Introdução à sociologia da seca.** Fortaleza: Banco do Nordeste, 2010.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucro-alcooleira alagoana.** Maceió: Edufal, 2000.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.

GOLFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HASSE, Geraldo. Meus caros pais: uma trajetória migrante. In: CUNHA, Maria Jandira Cavalcanti et al. **Migração e identidade: olhares sobre o tema.** São Paulo: Centauro, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Censo Demográfico – 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses migrantes.** Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2002.

OLIVEIRA, Chico. **Elegia para uma re(li)gião.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PLANCHEREL, Alice Anabuki ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de; VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos de. Os sertanejos e “os da rua”: Idas e vindas do trabalho nos canaviais alagoanos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL RURALIDADES, TRABALHO E MEIO AMBIENTE, 1., 2011, São Carlos. **Anais...** São Carlos: UFSCar, 2011.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século.** São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

SUAREZ, Maria Teresa Sales de Melo. **Cassacos e corumbas.** São Paulo: Ática, 1977.

WANDERLEY, Maria de Narareth B. **Capital e propriedade fundiária na agricultura brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

#### Cícero Ferreira de Albuquerque

Bacharel em História

Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

E-mail: ciceroalbuquerque@hotmail.com

#### Universidade Federal de Alagoas- UFAL

Rua Augusto Corrêa, 1

Prédio da Reitoria - 1º andar - Campus Básico

66075-110- Belém-Pará